

TERMOS UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Última atualização em 13 de abril de 2020

Estes Termos de Utilização dos Serviços Advocatícios do escritório EDULEILOES regem o acesso, utilização e contratação do nosso escritório de advocacia pelos visitantes e pessoas ou entidades que adquirem serviços de advocacia de natureza cível na esfera administrativa e judicial.

Se você for um Cliente ou for uma empresa e estiver vinculado a um Contrato Principal de Serviços Advocatícios com o nosso escritório, então esses Termos se aplicarão, na medida que este uso já não seja regido pelo Contrato Principal de Serviços.

AO ACESSAR, USAR OU FAZER DOWNLOAD DE QUAISQUER MATERIAIS DO SITE, VOCÊ CONCORDA EM CUMPRIR E SE VINCULAR A ESTES TERMOS. SE VOCÊ NÃO CONCORDAR COM ESTES TERMOS, VOCÊ NÃO ESTARÁ AUTORIZADO E DEVERÁ ENCERRAR O USO DO SITE IMEDIATAMENTE.

1. ATUALIZAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Nós podemos, de tempos em tempos, revisar estes Termos ou termos e condições adicionais que sejam relevantes a um serviço específico para refletir mudanças na lei ou nas nossas atividades advocatícias. Nós publicaremos os termos revisados no Site com a data da última atualização. **POR FAVOR, CONSULTE O SITE REGULARMENTE PARA OBTER TEMPESTIVAMENTE NOTIFICAÇÃO DE QUAISQUER REVISÕES. SE VOCÊ CONTINUAR A UTILIZAR OS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS APÓS AS REVISÕES ENTRAREM EM VIGOR, VOCÊ CONCORDA EM ESTAR VINCULADO AOS TERMOS REVISADOS.** Você concorda que não seremos responsáveis perante você ou terceiros por qualquer modificação dos Termos.

Você concorda em receber todas as comunicações, contratos e notificações fornecidos por nós relacionados a quaisquer Serviços advocatícios, incluindo, mas não limitado a, Comunicações relacionadas a nossa entrega dos Serviços, por meios eletrônicos, incluindo e-mail, mensagem de texto e notificações em aplicativo (whatsapp). Você concorda que todas as Comunicações que enviarmos eletronicamente a você satisfazem a quaisquer requisitos legais que determinam que as Comunicações devem ser escritas ou entregues em formato específico, e concorda em manter suas informações cadastrais sempre atualizadas.

2. DIREITOS DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Você declara e garante que: (a) você é maior de idade (18 anos de idade) e (b) capaz de concordar com estes Termos de Utilização;

3. PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Site contém materiais que são proprietários e protegidos por leis de direitos autorais, disposições de tratados internacionais, marcas registradas, marcas de serviço e outras leis e tratados de propriedade intelectual.

O Site também está protegido como obra coletiva ou compilação por leis de direitos autorais e outras leis e tratados. Você concorda em cumprir todas as leis de direitos autorais e outras leis aplicáveis, bem como outros avisos ou restrições adicionais de direitos autorais contidos no Site. Você reconhece que o Site contém obras originais que foram desenvolvidas, compiladas, preparadas, revisadas, selecionadas e organizadas pelo nosso escritório de advocacia. Todos os direitos presentes e futuros referentes a segredos comerciais, patentes, projetos (*designs*), direitos autorais, marcas registradas, direitos de base de dados, marcas de serviço, *know-how* e outros direitos de propriedade intelectual.

Este escritório de advocacia respeita as leis de direito autoral e espera que seus usuários façam o mesmo. Se você acredita que qualquer conteúdo ou material no site infringe seus direitos autorais, por favor nos notifique enviando um e-mail para consultoria@eduleiloes.com.br.

4. PRIVACIDADE

Política de Privacidade Você reconhece que, salvo conforme descrito nestes Termos ou nos Termos Corporativos aplicáveis, as informações que você fornecer a nós ou que nós coletarmos serão usadas e protegidas conforme descrito na Política de Privacidade. Leia a Política de Privacidade com atenção no anexo a aba “serviços” neste site.

Processamento/Transferência de Dados. Se o Cliente for pessoa física ou pessoa jurídica, se aplicará ao processamento de qualquer Dado Pessoal, conforme elencado na Lei Geral de Proteção de dados.

Acesso e Divulgação. Podemos acessar, manter ou compartilhar quaisquer de suas informações quando acreditarmos de boa-fé que esse compartilhamento seja razoavelmente necessário para investigar, prevenir ou tomar medidas relacionadas a possíveis atividades ilegais ou para cumprir um processo legal (por exemplo, uma intimação ou outro processo legal). Nós também poderemos compartilhar suas informações em situações que envolvam ameaças potenciais à integridade física de qualquer pessoa, violações da nossa Política de Privacidade ou dos nossos contratos advocatícios; ou para responder às reivindicações de violação de direitos de terceiros e/ou para proteger os direitos, a propriedade e a da nossa segurança, de nossos funcionários, de usuários ou do público. Isso pode envolver o compartilhamento das suas informações com as autoridades, agências governamentais, tribunais e/ou outras organizações.

Dados.

Dados em Geral. Você será responsável por dados que você fornecer ou usar nos Serviços Advocatícios. Você é o único responsável por determinar se os Serviços contratados são adequados para sua empresa ou organização e por cumprir todos os regulamentos, leis ou convenções aplicáveis aos dados que você fornecer ao Contratado.

Dados Pessoais. O Cliente certifica que sua coleta e uso de informações ou dados pessoais fornecidos durante a vigência do Contrato de Honorários advocatícios está de acordo com todas as leis, regras e regulamentos de proteção de dados aplicáveis. O Contratante declara estar ciente de que este escritório de advocacia poderá processar tais dados pessoais de acordo com a Política de Privacidade (anexo na aba “serviços”) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Confidencialidade

Informações Confidenciais. "Informações Confidenciais" significa (a) para o nosso escritório, os Serviços advocatícios e a Documentação; (b) para o Cliente, os Dados do Cliente; (c) quaisquer outras informações de uma parte que é divulgada por escrito ou de forma oral e é indicada como confidencial ou proprietária no momento da divulgação (e em caso de divulgação de forma oral, resumida por escrito em até 30 (trinta) dias da divulgação inicial e entregue ao Destinatário), ou que em razão da natureza da informação o Destinatário entende de forma clara que se trata de informação confidencial da parte divulgadora; e (d) os termos e condições específicos destes Termos de Utilização, e qualquer termo aditivo ou anexo dele, entre as partes. Informações Confidenciais não devem incluir qualquer informação que: (i) eram ou se tornam conhecidas de forma geral pelo público sem que seja por falha ou violação destes Termos pelo Destinatário; (ii) estava em posse legítima do Destinatário no momento da divulgação sem restrições de uso ou divulgação; (iii) foi desenvolvida de forma independente pelo Destinatário sem o uso das Informações Confidenciais da parte divulgadora; ou (iv) foi obtida de forma legítima pelo Destinatário de um terceiro que não estava sujeito ao dever de confidencialidade e sem restrições de uso ou divulgação. Todas as informações fornecidas ao nosso escritório de advocacia que não sejam Informações Confidenciais serão tratadas de acordo com a Política de Privacidade.

Uso Restrito e Não Divulgação. Durante e após a Vigência de Assinatura, a parte que recebe as Informações Confidenciais ("Destinatário") deverá: (a) usar as Informações Confidenciais da outra parte apenas para os fins para que foram fornecidas; (b) não divulgar tais Informações Confidenciais a terceiros, exceto na medida do necessário para seus advogados, auditores, consultores, e prestadores de serviços que estejam sob obrigações de confidencialidade que sejam, ao menos, tão restritivas quanto as disposições contidas no presente instrumento; e (c) proteger tais Informações Confidenciais contra uso e divulgação não autorizados na mesma medida (mas usando nada menos do que o um grau razoável de cuidado) em que protege suas próprias Informações Confidenciais de natureza similar. Não obstante o exposto anteriormente, o Cliente autoriza, expressamente, o nosso escritório de advocacia a usar e processar os Dados de Cliente conforme descrito na Política de Privacidade

Titularidade. Não obstante qualquer outra disposição nestes Termos, o nosso escritório de advocacia reconhece que, entre as partes, todas as Informações Confidenciais que receber do Cliente, incluindo todas as cópias da mesma em posse ou controle do Destinatário, em qualquer mídia, são da propriedade e de titularidade exclusiva do Cliente. Nada nestes Termos concede ao nosso escritório de advocacia qualquer direito, título ou participação sobre quaisquer Informações Confidenciais do Cliente. A incorporação pelo escritório de advocacia das Informações Confidenciais da parte divulgadora em seus materiais próprios não tornará as Informações Confidenciais não confidenciais.

5. RESCISÃO E VIGÊNCIA

Rescisão – Contratante. O poderá rescindir a utilização dos serviços advocatícios, conforme descrito no Contrato de Honorários advocatícios firmado entre as partes.

Vigência. O período de vigência destes Termos de Utilização, com relação aos Serviços advocatícios, começará na data em que o Cliente aceitá-los e continua até

o término do contrato de Honorários Advocatícios firmados entre as partes e com a quitação dos pagamentos devidos.

6 NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

Notificações. Salvo autorização em contrário nestes Termos de Utilização, qualquer notificação exigida ou permitida em relação aos Serviços Advocatícios será efetiva somente se por escrito e enviada usando por correio com “aviso de Recebimento para o endereço constante do Contrato de Honorários Advocatícios.

Força Maior. Exceto por quaisquer obrigações de pagamento, nem o escritório de advocacia ou o contratante serão responsáveis pelo descumprimento de uma obrigação estabelecida nestes Termos quando tal descumprimento for causado por força maior (incluindo caso fortuito, desastres naturais, guerra, insurreição civil, ação por entidade governamental, greve ou outras causas além do controle razoável da parte), conforme disposto no artigo 393 do Código Civil (CC). A parte afetada pelo evento de força maior notificará a outra parte em um período comercialmente razoável e envidará esforços comercialmente razoáveis para retomar o desempenho assim que seja viável. Obrigações não desempenhadas por motivo de força maior serão desempenhadas assim que possível, tão logo seja razoável, quando o evento de força maior for concluído.

7 LITÍGIO ENTRE AS PARTES

Qualquer litígio existente entre as partes será dirimido conforme disposto no

Contrato de Prestação de serviços advocatícios (Contrato de Honorários).